

Que é feito do litoral português?

Décadas de políticas de ordenamento do território orientadas para a massificação da ocupação humana do litoral português resultaram no triste resultado que está hoje bem patente perante os nossos olhos – ou perante os olhos daqueles que se preocupam em conhecer a realidade.

A ocupação caótica da faixa mais produtiva do nosso território foi prevista por muitos. Nunca é demais lembrar os inúmeros alertas do Eng. Ilídio Alves de Araújo através do seu trabalho pioneiro na área do ordenamento do território. Quem não é capaz de encarar a realidade de frente contenta-se com um punhado de leis mal feitas – e propositadamente mal feitas –, com a ideia de que a situação podia ser muito pior e com a crença de que esta é o produto de consensos que, inevitavelmente, foram necessários entre autarquias e investidores.

Pessoalmente repugna-me esta ideia do mal menor, pois mais não é do que um escape para quem não quer ou não sabe definir um rumo, rumo esse orientado para o benefício geral da população. Portanto, como a destruição da maior parte do litoral é hoje um facto incontornável, estamos hoje cheios de autarcas (e de ex-autarcas) que se recusam a admitir a sua profunda incompetência, antes refugiando-se em argumentos absurdos que não servem de desculpa. Ao Governo central coube também a sua quota parte da culpa, visto ter assistido resignado a tudo o que sucedeu.

Parece que em toda esta tragédia não houve sequer o mínimo de bom senso, vendo as coisas por um prisma geral. Felizmente, porém, sobraram pequenos pedaços do nosso litoral quase intactos, de que são os exemplos mais eloquentes a costa alentejana e a Ria Formosa. Em ambos os casos, o seu bom estado deve-se ao facto de constituírem áreas protegidas. Deduz-se, pois, que quando o território não está formalmente protegido, está a saque. (Na verdade, mesmo nas áreas protegidas ocorrem as situações mais caricatas, mas isso é matéria para outro artigo).

Se a ocupação massiva do litoral pode parecer a alguém desenvolvimento, lembrem-se do prejuízo em termos económicos que a destruição de paisagens únicas provoca em termos turísticos. Isto, claro, não substitui o argumento ético que preconiza a salvaguarda destes espaços pelo valor que encerram em si mesmos e pelo nosso dever em os legar para as gerações futuras.

Próximos que estamos da Cimeira Rio+10 (decorridos 10 anos sobre a histórica Cimeira daTerra, no Rio de Janeiro), é tempo de passar da teoria à prática todos os ensinamentos sobre desenvolvimento sustentável e proteger efectivamente – e sem meias-palavras – o nosso precioso litoral que ainda não sucumbiu às urbanizações.

Nuno Quental

Eng. do Ambiente

nquental@mail.esb.ucp.pt

23/8/2002